

Educação Superior e Povos Originários na fronteira Franco-brasileira contemporânea: um olhar sobre a produção epistêmica do curso de licenciatura intercultural indígena na Universidade Federal do Amapá

Ramiro Esdras Carneiro Batista*

Universidade Federal do Amapá, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2050-7362>

Roberta Aurení da Silva**

Universidade Federal do Amapá, Brasil
<https://orcid.org/0009-0002-0322-7916>

Resumo: Este artigo analisa os desafios e conquistas na implementação do direito à educação superior para povos indígenas na fronteira franco-brasileira, tomando como estudo de caso o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A partir de uma abordagem qualitativa, combinando análise documental institucional e revisão da produção acadêmica das primeiras turmas formadas, busca-se compreender como essa política educacional dialoga com as demandas políticas e epistemológicas dos povos originários. O texto discute as tensões entre o modelo universalista da educação estatal e os paradigmas cognitivos indígenas, problematizando o conceito de "interculturalidade" na formação docente. Metodologicamente, emprega-se análise de conteúdo de documentos oficiais, projetos pedagógicos e trabalhos acadêmicos produzidos pelos discentes, para mensurar os impactos do curso na atuação dos egressos em suas comunidades. Os resultados preliminares sugerem que, apesar dos avanços no reconhecimento do direito à diferença, persistem desafios na efetivação de uma educação superior que articule saberes ocidentais e indígenas de forma equitativa. O estudo contribui para o debate sobre políticas afirmativas na Amazônia, destacando a necessidade de maior autonomia indígena na construção de projetos pedagógicos que não apenas incluam, mas transformem epistemologicamente a universidade.

Palavras-chave: Educação Indígena; Interculturalidade; Fronteira Franco-Brasileira; Formação de Professores.

* Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: esdras@unifap.br

** Mestranda em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: robertaaureniunifap@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

DOI:10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n55.75170

Educação Superior e Povos Originários na fronteira Franco-brasileira contemporânea: um olhar sobre a produção epistêmica do curso de licenciatura intercultural indígena na Universidade Federal do Amapá

Ramiro Esdras Carneiro Batista

Roberta Aurení da Silva

1 INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), embora frequentemente criticada por seu viés eurocêntrico, consagrou a educação como um direito fundamental e como ferramenta para a emancipação humana e a convivência intercultural (art. 26). No Brasil, esse ideal ganhou novos contornos com o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, especialmente após a Constituição de 1988, que abriu espaço para políticas educacionais voltadas à valorização das identidades e saberes originários.

Nesse contexto, a formação docente indígena se consolida como campo estratégico para refletir sobre as tensões entre o universalismo dos direitos humanos e os particularismos culturais. Um dos principais desafios reside na tentativa de conciliar a estrutura universitária — fundada em epistemologias ocidentais — com a valorização das cosmologias e modos de vida autóctones. Nesse sentido, a presente pesquisa parte da seguinte questão: como os sujeitos indígenas apropriam-se e ressignificam a política educacional do ensino superior a partir de suas próprias referências culturais e epistemológicas?

Para investigar essa questão, o artigo analisa o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), implantado na fronteira franco-brasileira — região

marcada por conflitos neocoloniais e por reivindicações territoriais dos povos originários da Amazônia Guianense. O objetivo é compreender como essa política educacional é reinterpretada pelos indígenas a partir da análise das produções acadêmicas dos(as) egressos(as) das primeiras turmas (2007–2008), em articulação com documentos institucionais e com o contexto sociopolítico da região.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, com análise de conteúdo dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) disponíveis no acervo digital do CLII, privilegiando as estratégias discursivas que articulam saberes indígenas e acadêmicos. A pesquisa se inscreve na perspectiva da interculturalidade crítica (WALSH, 2009, 2019), que reconhece a transformação social como resultado do protagonismo de sujeitos historicamente subalternizados.

Parte-se da hipótese de que o CLII, ao operar na fronteira física e epistêmica entre o Brasil e a Guiana Francesa, constitui um laboratório de interculturalidade crítica, onde se negociam cotidianamente os limites e as possibilidades de uma formação docente não assimilacionista. Assim, ao situar a experiência do CLII no contexto singular da fronteira amazônica, o artigo contribui para os debates sobre justiça cognitiva (SANTOS, 2007) e decolonização da universidade, evidenciando como os sujeitos indígenas reelaboram, por meio de suas trajetórias e produções intelectuais, os projetos pedagógicos originalmente concebidos pelo Estado.

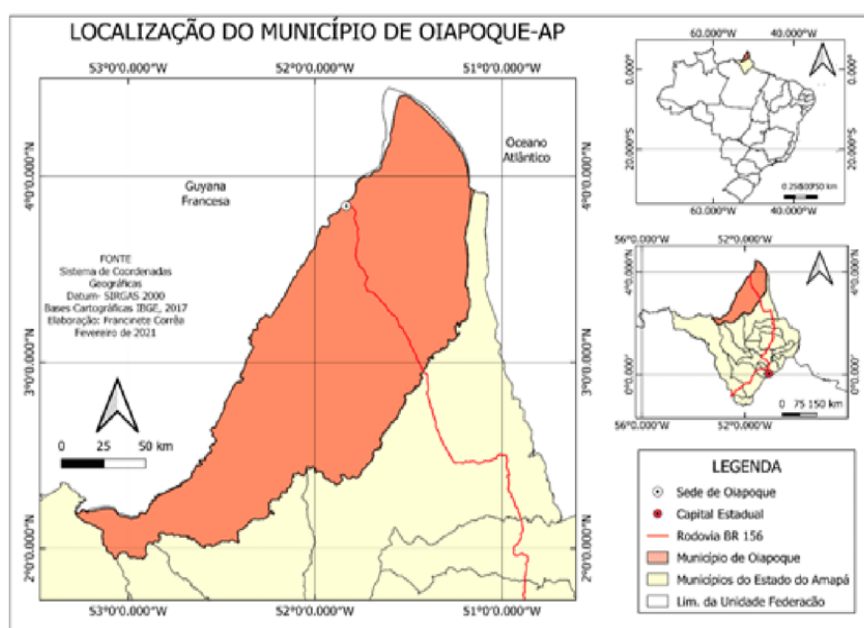
2 BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE/AP

A fronteira internacional entre o Brasil e a Guiana Francesa, situada na região do baixo rio Oiapoque, no extremo norte do estado do Amapá, é marcada por uma densa e dinâmica diversidade cultural, resultado de séculos de encontros e conflitos entre diferentes grupos

populacionais. A cidade de Oiapoque, principal centro urbano da região, constitui um espaço de convivência entre franceses, afro-guianenses, sino-guianenses, antilhanos, brasileiros de diversas origens e povos indígenas de múltiplas etnias, como os Karipuna, Galibi-Marworno, Galibi-Kalinã, Palikur e Wajãpi. Esses grupos compartilham práticas linguísticas, religiosas, comerciais e culturais, conformando um território fronteiriço marcado pela fluidez de identidades e por constantes negociações simbólicas.

Tais dinâmicas se manifestam cotidianamente na paisagem urbana, nos mercados locais, nos espaços escolares e nas práticas institucionais. Nesse contexto, a cidade de Oiapoque constitui um laboratório privilegiado para a observação de experiências de interculturalidade em ação — experiências que desafiam categorias rígidas de pertencimento e promovem formas híbridas de sociabilidade. A localização geopolítica da região, evidenciada na Figura 1, ajuda a compreender a inserção estratégica do município em um cenário de trocas étnicas e transnacionais, o que amplia a complexidade da implementação de políticas educacionais voltadas à valorização dos saberes indígenas e à uma desejada decolonização do ensino superior.

Figura 1 - Localização do município de Oiapoque-AP.



Fonte: Elaborado por Corrêa (2021).

Em conformidade com a realidade sociocultural da região apontada anteriormente, Canclini (1997) afirma que as proximidades entre diferentes povos, proporcionadas pelas zonas de fronteira, favorecem intensas interações e transformações recíprocas entre os grupos sociais. Esses processos dão origem a formas culturais híbridas, muitas vezes desvinculadas dos regramentos e das formas tradicionais de origem.

No território atualmente correspondente ao estado do Amapá e ao norte do Pará, a busca por uma educação escolar com pertinência étnica e política intensificou-se a partir da segunda metade do século XX, impulsionada pelas mobilizações do movimento indígena regional. Dentre suas principais demandas, destacam-se as práticas de escolarização bilíngue e as propostas pedagógicas fundamentadas nos modos de vida e nas línguas originárias. Essas ações contaram com o apoio estratégico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), cuja atuação na região tem sido decisiva para o fortalecimento de uma educação indígena diferenciada (BELTRÃO e BATISTA, 2018). Nesse cenário, a criação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), na década de 2000, surge como continuidade desse processo de luta por reconhecimento, possibilitando a formação superior de docentes indígenas a partir de uma perspectiva intercultural crítica.

É nesse contexto que se insere o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), concebido com o propósito de formar professores indígenas a partir de uma perspectiva que respeite suas epistemologias, modos de vida e vínculos comunitários. A fronteira, nesse caso, não se restringe à dimensão geopolítica: trata-se também de uma fronteira epistêmica (SANTOS, 2007; WALSH, 2009), na qual os saberes indígenas dialogam, confrontam-se e resistem às formas hegemônicas de conhecimento institucionalizado.

A implantação do CLII no município de Oiapoque representa, assim, uma tentativa concreta de construção de uma educação

superior intercultural que articule as demandas dos povos indígenas locais com a crítica ao colonialismo epistêmico. Essa proposta pedagógica opera no limiar entre o reconhecimento institucional e a resistência cultural, configurando-se como espaço de negociação entre a normatividade universitária e as cosmovisões indígenas. Nesse processo, a atuação dos(as) acadêmicos(as) indígenas revela-se essencial para compreender como os princípios da interculturalidade crítica são vivenciados, tensionados e ressignificados no campo da formação docente.

De acordo com informações institucionais da UNIFAP (2024), o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena é uma graduação regular voltada à formação de estudantes indígenas pertencentes a diferentes etnias e territorialidades, com abrangência no estado do Amapá e no norte do Pará. O curso atende prioritariamente aos povos Galibi-Kalinã (Galibi do Oiapoque), Galibi-Marworno, Karipuna e Palikur-Arukwayene, localizados na região do Oiapoque, bem como aos Wajãpi, Wayana, Apalai, Tiriyo e Katxuyana, estabelecidos no sul do Amapá e norte do Pará — totalizando nove povos indígenas da fronteira norte.

Além de ser voltado à formação de professores para atuação exclusiva em escolas situadas em territórios indígenas, o CLII organiza seu itinerário formativo em etapas complementares. Após uma formação inicial comum, os(as) discentes podem optar por uma das três áreas do conhecimento oferecidas: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas ou Ciências Exatas e da Natureza. Essa estrutura visa respeitar os contextos socioculturais dos diferentes povos atendidos, permitindo que a formação docente seja orientada por interesses coletivos e necessidades locais, ao mesmo tempo em que possibilita o aprofundamento em áreas específicas do saber acadêmico.

A Figura 2 ilustra a presença ativa das acadêmicas indígenas no cotidiano do Campus Binacional de Oiapoque, evidenciando a importância do CLII como espaço de protagonismo, pertencimento e convivência intercultural no âmbito da universidade.

Figura 2 - Acadêmicas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Campus Binacional de Oiapoque durante intervalo de aulas.



Fonte: Ramiro Esdras (2023).

Dessa forma, o atual itinerário formativo do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) resulta de um processo histórico complexo, marcado por décadas de mobilização do movimento indígena e pela consolidação de políticas públicas voltadas à educação diferenciada. Sua trajetória evidencia tanto a luta pelo reconhecimento epistêmico dos povos originários quanto o papel estratégico da demanda por educação superior indígena na interiorização e expansão do ensino universitário em regiões de fronteira.

Os antecedentes imediatos do CLII remontam ao início dos anos 2000, quando, em 2002, foi instituído o primeiro Grupo de Trabalho interinstitucional voltado à formação docente indígena no estado do Amapá. Participaram desse processo representantes da então Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de associações indígenas locais e da Secretaria de Estado da Educação (SEED). Em 2004, esse grupo apresentou um diagnóstico situacional que apontava, entre outros aspectos, a escassez de professores indígenas qualificados para atuar nas escolas das aldeias e a ausência de políticas de acesso e permanência no ensino superior. Esse momento preparatório foi

decisivo para a construção de um projeto formativo alinhado às necessidades dos povos indígenas, articulando saberes tradicionais, direitos constitucionais e estruturas estatais.

Implantado oficialmente em 2007, inicialmente sob a denominação de Curso de Educação Escolar Indígena, o CLII foi concebido com o objetivo de formar docentes bilíngues para atuação em terras indígenas do Amapá e do norte do Pará. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC), elaborado em 2005, baseou-se nos princípios da educação intercultural bilíngue, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garantem o direito a uma educação específica, diferenciada e de qualidade para os povos indígenas. O curso consolidou-se, assim, como uma das primeiras iniciativas de formação superior indígena no Brasil, precedendo políticas nacionais como o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND).

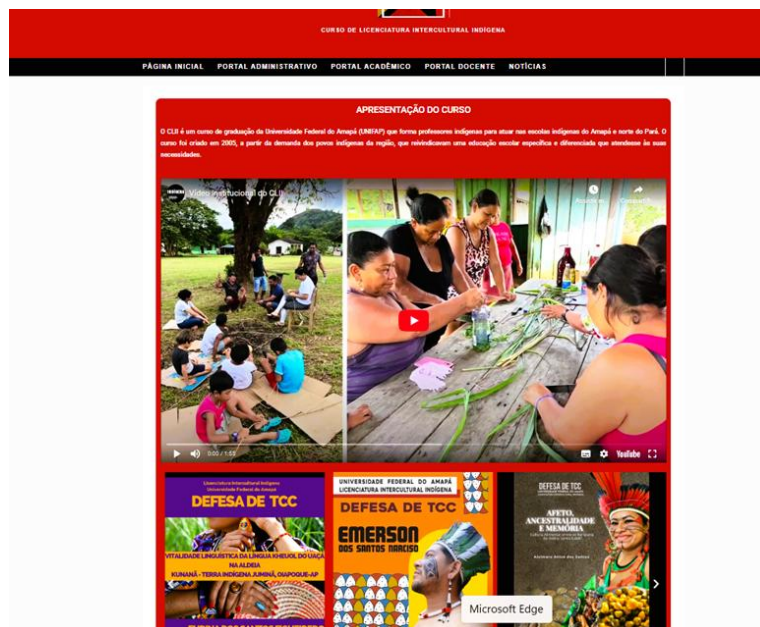
A criação do CLII também representou um marco institucional para a própria UNIFAP. Sua implantação, seis anos antes da inauguração oficial do Campus Binacional de Oiapoque, em 2013, evidencia como a demanda por educação superior indígena atuou como força propulsora para a expansão universitária em uma região estratégica de fronteira. Essa cronologia invertida revela um processo singular, no qual a universidade foi convocada a deslocar-se em resposta a uma demanda legítima e organizada, invertendo a lógica tradicional de interiorização do ensino superior, historicamente centrada em interesses estatais e/ou metropolitanos.

As dificuldades históricas na promoção de uma educação escolar que dialogue com a cultura material e linguística dos povos indígenas remontam ao período colonial e à instalação das primeiras escolas jesuítas entre os povos originários. No caso dos territórios amazônicos que hoje compreendem o Amapá e o norte do Pará, esse processo foi reconfigurado a partir das lutas do movimento indígena regional por uma educação com pertinência étnica e política, com

ênfase na prática do bilinguismo. Essas iniciativas foram fortalecidas pela atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na região, especialmente desde meados do século XX (BELTRÃO e BATISTA, 2018).

Nesse contexto, a necessidade de implementação de um curso de formação de professores indígenas levou a UNIFAP a estabelecer, em 2007, uma estrutura precursora – o então chamado “Campus Norte”. Essa solução inicialmente provisória acabou se tornando permanente, demonstrando como as reivindicações dos povos indígenas foram capazes de induzir transformações estruturais na própria universidade. Mais do que responder a uma demanda, a UNIFAP foi impelida a se reconfigurar territorial e pedagogicamente para acolher um projeto formativo de caráter intercultural, comprometido com a diversidade e com os direitos dos povos indígenas.

Figura 3 - Print de tela do site do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Campus Binacional de Oiapoque - CLII/CAMBinacional – (2025)



Fonte: UNIFAP, 2024.

Observa-se que a demanda por valorização das línguas originárias e das práticas socioculturais indígenas exerceu um papel

estruturante na consolidação do ensino superior no município de Oiapoque, especialmente no que se refere à ampliação da oferta educacional também para estudantes não indígenas. A estrutura física e pedagógica inicialmente concebida para a implementação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), com apoio do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND/MEC), foi posteriormente incorporada à fundação do Campus Binacional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Tal processo permitiu o reaproveitamento da infraestrutura existente e viabilizou, a partir de 2013, a criação de novos cursos de licenciatura voltados a diferentes áreas do conhecimento, tais como Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras (Português–Francês) e Pedagogia, além dos bacharelados em Direito e Enfermagem.

À luz dessa trajetória, constata-se que o CLII funcionou como catalisador para a reconfiguração institucional da UNIFAP na região de fronteira, induzindo a ampliação da presença universitária em um território historicamente negligenciado pelas políticas educacionais tradicionais. Como aponta Souza (2006, p.32), as políticas públicas podem ser compreendidas como o “resultado de decisões e ações de governo voltadas para resolver os problemas coletivos”. Nessa perspectiva, a formação específica de professores indígenas no âmbito do CLII materializa-se como instrumento estratégico de efetivação dos direitos constitucionais à educação diferenciada, conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹ (BRASIL, 1988, art. 210) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996).

Destaca-se, ademais, que os discursos em torno da interculturalidade e do multiculturalismo, inicialmente formulados no

¹ Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos povos indígenas no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os indígenas poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração.

interior dos movimentos indígenas, passaram a ser gradualmente apropriados por políticas públicas educacionais. Esse movimento, no entanto, não ocorreu de forma linear nem isenta de tensões: os marcos legais que institucionalizam a educação escolar indígena no Brasil são frequentemente atravessados por disputas políticas, simbólicas e epistemológicas em torno da definição do que constitui uma formação adequada às especificidades dos povos indígenas, especialmente na Amazônia.

Com efeito, as reformas constitucionais e os dispositivos legais pós-1988 ensejaram o surgimento de programas federais voltados à implementação de propostas de educação escolar bilíngue e intercultural. Tais programas fomentaram a criação de cursos de licenciatura voltados exclusivamente à formação docente indígena, os quais se consolidaram sob a denominação de licenciaturas interculturais. Essas iniciativas, operacionalizadas por diversas instituições públicas de ensino superior, contribuíram para o reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais no espaço acadêmico, sendo o CLII/UNIFAP uma das experiências mais significativas na região amazônica.

Dessa forma, o percurso institucional do CLII revela-se não apenas como uma resposta a demandas educacionais específicas, mas como uma experiência formativa capaz de redefinir o papel da universidade pública em territórios de fronteira e de promover transformações estruturais em seu projeto pedagógico. Com este panorama delineado, que evidencia a centralidade do protagonismo indígena na construção de políticas educacionais interculturais, passa-se à análise da produção acadêmica desenvolvida pelos docentes indígenas formados pelas primeiras turmas do referido curso.

3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA DAS PRIMEIRAS TURMAS DE PROFESSORES FORMADOS NO CLII/UNIFAP/OIAPOQUE

A presença indígena na universidade constitui-se, simultaneamente, como movimento de resistência originária e estratégia de (re)configuração institucional, promovendo a valorização de conhecimentos e histórias protagonizadas pelos próprios estudantes (LEITE, et al., 2024). Nesse cenário, torna-se essencial analisar de que modo esses discentes expressam suas experiências educacionais no âmbito da universidade pública, seja confirmando, seja tensionando formatos e cânones acadêmicos previamente estabelecidos.

Com base na concepção de interculturalidade crítica de Catherine Walsh (2009), é possível compreender essa produção como um exercício de ruptura com a colonialidade do saber, na medida em que os estudantes indígenas não apenas ocupam o espaço acadêmico, mas o transformam a partir de suas epistemologias próprias. A interculturalidade, nesse sentido, não é mero diálogo entre culturas, mas sim um projeto político e epistêmico que confronta as hierarquias coloniais e afirma outras formas de conhecimento, ancoradas nas territorialidades, nas línguas e nas memórias dos povos indígenas.

As monografias produzidas no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) oferecem, assim, indicadores privilegiados dos sentidos atribuídos à formação docente e das múltiplas formas de narrar memórias, línguas, territórios e as relações com a escola, a partir de uma posição situada, insurgente e de construção de sentidos desde a diferença. A leitura das trinta e quatro monografias elaboradas pelas duas primeiras turmas do CLII (defendidas em 2007 e 2008) revela um mosaico de tensões e sínteses que marcaram esse processo formativo pioneiro.

Examinadas por meio de títulos, resumos e listas de referências, tais produções evidenciam como os acadêmicos indígenas negociaram sua inserção no espaço universitário sem abdicar de suas

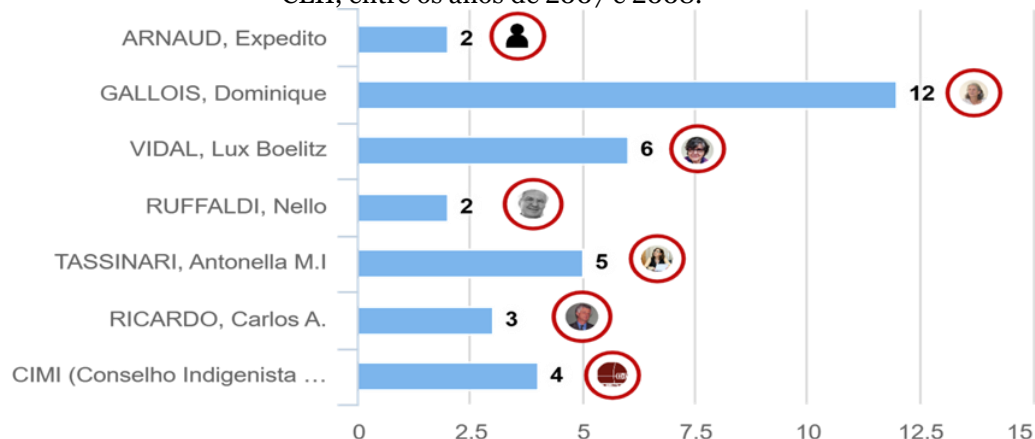
raízes culturais. Essa prática expressa o que Walsh denomina “pensamento outro”, que emerge de saberes subalternizados e inscreve a diferença não como objeto de estudo, mas como fundamento de um novo horizonte político-pedagógico (WALSH, 2019, p.9).

Um primeiro dado empírico refere-se à forte vinculação temática com as realidades comunitárias: aproximadamente 86 % estabelecem conexões explícitas com territórios de origem, práticas culturais ou línguas maternas. Títulos como “*Educação escolar entre os Karipuna do Uaçá*”, “*O ensino da matemática na cultura Palikur*” e “*O Galibi-Marworno na escola indígena*” exemplificam o que Grazziotin (2022) denomina “pesquisas bibliográficas de auto-referenciamento comunitário”. Mais que exercícios acadêmicos convencionais, esses textos funcionam como registros etnográficos que articulam formação universitária e memória coletiva.

À luz de Michel Pollak (1992), a memória configura elemento constitutivo da identidade individual e coletiva, contribuindo para a coesão e o sentimento de pertencimento a grupos étnicos específicos. Partindo dessa premissa, procedemos a uma análise das referências bibliográficas citadas pelos(as) estudantes com o intuito de aferir o interesse pela memória cultural em diálogo com a produção histórica e etnográfica sobre os povos do Oiapoque. Ainda antes da leitura integral dos trabalhos, as escolhas bibliográficas já sinalizam a centralidade da temática da memória.

Para ilustrar esse aspecto, elaboramos a Figura 3, que consolida os autores mais citados nas monografias analisadas. O levantamento identificou 34 títulos atribuídos a sete autores com maior recorrência, conforme sintetizado no gráfico.

Figura 4 - Tabela contabilizando os autores mais citados nos TCC's dos alunos do CLII, entre os anos de 2007 e 2008.



■ Revisão bibliográfica dos autores referenciados e das obras mais consultadas

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

O referencial teórico que fundamenta as produções acadêmicas do CLII revela-se particularmente relevante por constituir um sólido alicerce intelectual que articula três dimensões essenciais: a proteção dos direitos indígenas, a formação de identidades étnicas e a construção de conhecimentos enraizados nas realidades locais. Essa tríade conceitual não apenas fortalece o discurso acadêmico, como também serve de base estruturante para a própria formação docente dos discentes indígenas, permitindo-lhes desenvolver pesquisas que dialogam criticamente com o universo acadêmico, sem perder de vista suas raízes epistêmicas.

Nesse sentido, é fundamental destacar que a perspectiva de interculturalidade crítica de Catherine Walsh (2009) oferece um fundamento teórico robusto para compreender esse movimento. Para Walsh, a interculturalidade não consiste apenas em um diálogo superficial entre culturas, mas em um posicionamento político e epistemológico que reconhece a colonialidade do saber e propõe a emergência de “outros” saberes a partir da diferença colonial. Assim, os trabalhos acadêmicos produzidos pelos discentes do CLII refletem essa práxis de resistência e reconstrução do conhecimento, articulando saberes originários e acadêmicos em um processo dialético de construção de sentido.

Em primeiro lugar, a contribuição teórica mais significativa aparece na obra da antropóloga francesa Dominique Gallois, cuja produção é referenciada em doze Trabalhos de Conclusão de Curso analisados. Destacam-se, especialmente, os estudos *Povos indígenas do Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* (2003), citado em nove monografias, e os trabalhos sobre a Terra Indígena Wajãpi, em especial *Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial* (2011), que oferecem um marco analítico fundamental para compreender as dinâmicas socioculturais da região.

Suas pesquisas voltam-se especialmente aos povos Wajãpi, abordando temas como educação indígena, territorialidade e gestão do conhecimento tradicional. Gallois adota uma perspectiva decolonial que reconhece os povos originários como protagonistas de seus processos formativos e modos de vida, defendendo a valorização de saberes próprios e a autonomia sociocultural. Dessa forma, sua obra é um suporte fundamental para a construção curricular intercultural, conforme preconizado por Walsh, que visibilize os conhecimentos indígenas e fortaleça a formação docente a partir de referências históricas e culturais próprias.

Além disso, a obra do antropólogo Expedito Arnaud (1916-1992) ocupa um lugar singular nas pesquisas dos acadêmicos do CLII. Sua produção, marcada por detalhados registros etnográficos das décadas de 1960 a 1980, tem sido ressignificada como fonte histórica e ferramenta analítica para compreender transformações e permanências nas comunidades indígenas locais.

A recorrência das citações de trabalhos como *O índio e a expansão nacional* (1970) e *Parentesco entre os Índios Galibi do Oiapoque* (1968) revela três dimensões de apropriação. Primeiro, seus dados empíricos funcionam como base comparativa para avaliação das mudanças sociais e demográficas. Segundo, suas análises sobre a interação interétnica na fronteira franco-brasileira servem como

referencial para entender estratégias contemporâneas de resistência cultural, especialmente por meio do conceito de “aculturação seletiva”. Por fim, sua metodologia de pesquisa prolongada e participação direta na comunidade inspira abordagens etnográficas colaborativas adotadas nos TCCs, criando um diálogo fecundo entre antropologia clássica e epistemologias indígenas, alinhado ao que Walsh identifica como interculturalidade crítica — uma negociação entre saberes que fortalece a auto-representação dos povos originários.

Ademais, a antropóloga Lux Boelitz Vidal também figura com destaque, sendo referenciada em seis trabalhos, sobretudo por suas contribuições nos estudos cosmológicos dos povos indígenas da região. Obras como *Grafismo indígena: estudos de antropologia estética* (2000) e *A Cobra Grande: uma introdução à cosmologia dos Povos Indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque* (2007) são utilizadas para fundamentar discussões sobre as narrativas míticas que estruturam as relações entre seres humanos e natureza. Esses textos sustentam uma pedagogia intercultural que, conforme Walsh, deve reconhecer e valorizar as epistemologias indígenas para a elaboração de materiais didáticos contextualizados e plurais.

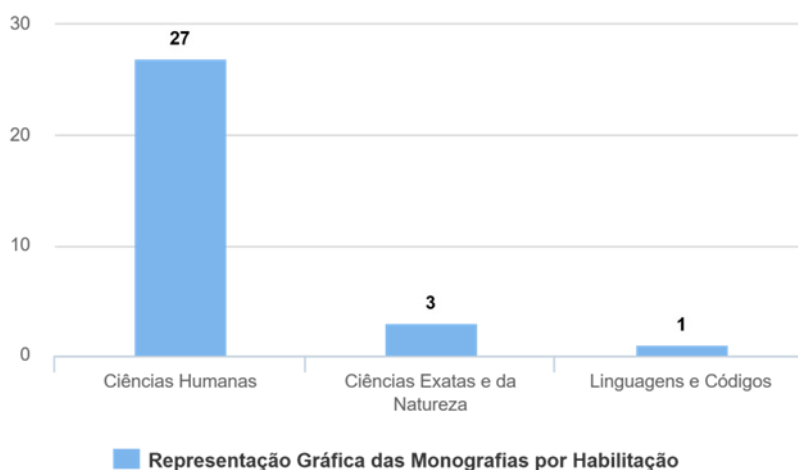
Também merecem destaque as contribuições do padre Nello Ruffaldi, mencionado em duas monografias por sua atuação em favor da educação escolar bilíngue indígena durante a ditadura civil-militar brasileira, e da antropóloga Antonella Maria Imperatriz Tassinari, cuja obra analisa processos culturais e estratégias identitárias do povo Karipuna, ressaltando a apropriação criativa da escola estatal por parte dos indígenas. Além disso, o jornalista Carlos Alberto Ricardo, com suas publicações de forte caráter etnográfico e documental, enriquece o panorama teórico, evidenciando as invisibilizações históricas e os processos de resistência dos povos originários do Amapá e norte do Pará.

Por fim, a escolha dos autores e a organização das referências bibliográficas demonstram um movimento consciente dos discentes do CLII no sentido da retificação das memórias linguísticas e

históricas, operando um processo de reconstrução epistêmica em diálogo crítico com a academia. Tal dinâmica revela, portanto, a existência de uma abertura curricular que viabiliza uma interlocução propositiva entre os saberes indígenas e os saberes institucionalizados, rompendo com modelos educacionais unilaterais e excludentes — uma prática emblemática da interculturalidade crítica defendida por Walsh, que rejeita a subalternidade do conhecimento originário.

Importante salientar, ainda, que o tema da ancestralidade perpassa transversalmente todas as produções analisadas, reforçando como a valorização dos saberes indígenas presente no projeto político-pedagógico do curso se reflete significativamente nas pesquisas acadêmicas dos egressos. Nesse contexto, destaca-se a predominância das pesquisas na área de Ciências Humanas, com 27 dos 34 trabalhos (conforme ilustra a Figura 4), evidenciando a busca dos estudantes por expressar suas memórias, culturas e identidades em um espaço acadêmico em transformação, alinhado à presença crescente de estudantes etnicamente diferenciados.

Figura 5 - Áreas de habilitação das duas primeiras turmas de discentes do CLII (2007 e 2008).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por último, destacam-se quatro citações às publicações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que historicamente atua em favor da preservação das línguas indígenas na região — notadamente a língua Kheuól — e da educação escolar bilíngue como ferramenta essencial para a manutenção cultural ameríndia. As obras referenciadas são *Gramática Kheuól* (1984), *O nosso Dicionário Português-kheuól: Povos Karipuna e Galibi-Marwomo* (1988) e, ainda, uma *Gramática Kheuól* implícita em um *Dicionário de Linguística* da editora Cultrix (2006). Essas publicações, mencionadas pelos discentes em suas monografias, revelam a centralidade da língua na reconstrução da memória coletiva e na valorização dos costumes e saberes tradicionais dos povos indígenas.

Além disso, a escolha dos autores e organizadores dessas publicações evidencia a relevância e o potencial dialógico dessas produções com os processos de reconstrução e descrição das línguas, histórias e memórias indígenas, bem como com a valorização de seus costumes e saberes. Observa-se, portanto, que os trabalhos produzidos pelos(as) estudantes fundamentam-se em autores cujas abordagens permitem representar, com maior fidelidade, as especificidades culturais e as memórias vivenciais dos(as) professores(as) e pesquisadores(as) em formação, dentro da linguagem e dos marcos conceituais aceitos pela academia.

Assim, essas escolhas teóricas indicam um movimento consciente de retificação das memórias linguísticas e históricas, que se traduz na reativação de saberes tradicionais por meio de um processo de reconstrução epistêmica em diálogo com a produção acadêmica. Tal dinâmica sugere, ainda, a existência de uma abertura curricular no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, a qual possibilita aos estudantes estabelecerem esse diálogo crítico e propositivo entre suas referências culturais e os saberes institucionalizados — algo que remete diretamente à interculturalidade crítica de Walsh, para quem a educação deve ser um espaço de negociação e ressignificação dos saberes subalternizados.

Ademais, as análises demonstram que os trabalhos investigados, ainda que muitas vezes de forma não intencional pelos autores, atuam como instrumentos de reativação e representação das características culturais de suas comunidades no contexto acadêmico. As escolhas bibliográficas e temáticas evidenciam o desejo explícito de reviver memórias linguísticas, reforçando os saberes ancestrais em diálogo com os conhecimentos formais. Por meio da escrita acadêmica, os discentes buscam recriar suas identidades, reinterpretando o passado como uma forma de manter viva a história e a cultura de seus povos.

Nesse contexto, a monografia ultrapassa seu papel formal como requisito de conclusão de curso, assumindo a função simbólica de registro de memória, um meio de garantir e perpetuar a vida de seus antepassados nos territórios que habitam. A menção às suas comunidades, presente nos TCCs, não se limita a uma simples identificação geográfica, mas carrega consigo um profundo sentido de pertencimento, história e identidade coletiva. Dessa forma, os contextos históricos e a memória da produção epistêmica entre os anos de 2007 e 2008 ganham destaque, evidenciando que, em suas narrativas, os graduandos resgatam elementos do ambiente, figuras marcantes, lembranças, manifestações culturais e as relações sociais e econômicas vividas no cotidiano.

Por fim, vale ponderar que as características dos povos tradicionais, narradas nas monografias tanto no conteúdo quanto na forma escrita, revelam uma perspectiva antropológica, na qual está presente a totalidade da experiência desses sujeitos, alinhando-se à visão de Catherine Walsh (2019) sobre a importância de reconhecer e valorizar as pluralidades epistemológicas e culturais para a construção de uma educação verdadeiramente intercultural e emancipatória.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Este artigo buscou refletir sobre o direito à educação superior conquistado por sujeitos etnicamente diferenciados na atual fronteira franco-brasileira, com ênfase nos desdobramentos da implementação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) da Universidade Federal do Amapá. Tomando como base documentos institucionais e a produção acadêmica das primeiras turmas do curso, propusemo-nos a compreender de que maneira os trabalhos de conclusão de curso (TCCs) produzidos pelos discentes articulam-se com elementos da memória etnicamente referenciada, da história vivencial, das demandas políticas e das formas próprias de produção e organização do conhecimento de seus povos.

De modo complementar, buscou-se também identificar os efeitos de uma política pública de formação docente pensada a partir do direito à diversidade, analisando qualitativamente dados institucionais e monografias elaboradas no âmbito do CLII. Os resultados parciais da pesquisa indicam que uma proposta curricular assentada em princípios interculturais críticos oferece aos povos indígenas não apenas o acesso ao ensino superior, mas a possibilidade de estabelecer relações epistêmicas autônomas e politicamente situadas com os saberes ocidentais. Tais relações se mostram, em muitos casos, resistentes às lógicas assimilacionistas historicamente promovidas pelo Estado, evidenciando o potencial contra-hegemônico dessa formação.

A tentativa de relacionar a produção acadêmica dos estudantes indígenas com suas lutas e projetos políticos revela nuances da complexa interação entre a educação estatal e os paradigmas epistêmicos de grupos que, ao adentrarem o espaço universitário, não o fazem apenas em busca de certificação, mas sobretudo para afirmar a legitimidade de seus modos de vida, línguas, memórias e formas próprias de conhecer. O recorte temporal que orientou esta análise inicial (2007–2008) revelou que as monografias

produzidas nesse contexto expressam um forte vínculo com os territórios, com os saberes ancestrais e com as lutas de afirmação cultural, funcionando como registros simbólicos de memória e resistência.

Além disso, as escolhas temáticas e bibliográficas evidenciam o protagonismo epistêmico desses sujeitos, cujas trajetórias de pesquisa materializam o esforço de reinterpretar o passado a partir de sua própria historicidade. Trata-se de uma escrita acadêmica que, ao mesmo tempo em que dialoga com os marcos institucionais, se ancora em uma racionalidade outra, orientada pela ancestralidade, pela oralidade e pela vivência comunitária — aspectos que dialogam diretamente com a proposta de interculturalidade crítica, centrada na possibilidade de reconfiguração dos próprios critérios de validação do conhecimento.

Embora a prevalência de temas ligados às Ciências Humanas nos trabalhos analisados parece expressar uma tendência particular daquele momento inicial, é importante destacar que a permanência e o fortalecimento do CLII no interior amazônico — apesar das dificuldades estruturais, institucionais e políticas — configuram uma inflexão relevante nas políticas públicas educacionais. O curso inaugura, nesse sentido, um paradigma que reconhece e afirma a diversidade epistêmica, linguística e cultural dos povos indígenas, contribuindo para o surgimento de modelos formativos mais plurais às especificidades socioculturais dos sujeitos historicamente marginalizados pelo projeto de Estado-nação.

Assim, pode-se afirmar que o CLII não apenas representa uma conquista no campo do acesso à educação superior, mas constitui também um espaço de reinvenção da universidade, a partir de práticas curriculares que acolhem a diferença e tensionam os marcos hegemônicos da produção de conhecimento. Como indicam os trabalhos aqui analisados, a interculturalidade crítica não é apenas uma diretriz pedagógica, mas uma prática viva de resignificação

epistemológica, protagonizada por sujeitos que, em suas escritas e experiências, tornam visível a possibilidade de outros mundos e outras formas de habitar o saber.

Data de Submissão: 30/07/2025

Data de Aprovação: 23/08/2025

Processo de Avaliação: *double blind peer review*

Editora Geral: Profa. Dra. Hirdan Katarina de Medeiros Costa

Editores Convidados:

Prof. Dr. Dinaldo Barbosa da Silva Júnior (PPGD-UNIFAP-BRASIL)

Prof. Dr. Omar Huertas Díaz (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA)

Prof. Dr. Diego Moura de Araújo (PPGD-UNIFAP-BRASIL)

Prof. Dr. Nicolau Eladio Bassalo Crispino (PPGD-UNIFAP-BRASIL)

Prof. Dr. Rafael da Silva Menezes (PPGDir-UFAM-BRASIL)

Prof^a. Dr^a. Neida Albornoz Arias (UNISIMON-COLOMBIA)

Prof^a. Dr^a. Amina Welten Guerra (IBMEC-CEDIN)

Editora de Seção: Yanna Maria Lima Leal de Alencar Pedroza

REFERÊNCIAS

ARNAUD, Expedito. **O parentesco entre os índios Galibi do rio Oiapoque**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova série, Antropologia, Belém, n. 33, p. 1–11, 1968.

ARNAUD, Expedito. **O Índio e a expansão nacional**. Belém, PA: Edições CEJUP, 1989.

ASSIS, Eneida Corrêa de. **Territórios indígenas e fronteiras na Amazônia**: a Guiana ameríndia. In: NASCIMENTO, D. M. (org.). *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém, PA: NAEA/UFPA, 2008. p. 197–224.

BANIWA, Gersem. **Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena**. 2014. [S.l.: s.n.].

BELTRÃO, Jane Felipe; BATISTA, Ramiro Esdras Carneiro. Sr. Uwet, a tutela e o indigenismo. **Espaço Ameríndio**, v. 12, n. 2, p. 10-10, 2018.

BELTRÃO, Maria de Nazaré; BATISTA, Simone Rodrigues Mendes. **Formação de professores indígenas na Amazônia**: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, n. 73, p. 123–140, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/3TpT59mBYtFQ7GsPZX5NWpr/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Art. 210. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649501/artigo-210-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 546/2014/SRES/MEC**. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/2014/portaria-n-546-2014.pdf/view>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Gramática Kheuól**. Belém, PA: CIMI Norte II, 1984

DUBOIS, Jean et alii. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Ritual e memória: tradição e transformação entre os índios Wajãpi**. São Paulo: Edusp, 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terras ocupadas? Territorialidades?** In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. **Povos indígenas no Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?** São Paulo: Iepé / Museu do Índio, 2009.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial**. São Paulo. Iepé, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Emily; MELLO, Fernanda. **Educação indígena**. Paraná: Colégio Estadual Wolf Klabin, 2009.

INSTITUTO IEPÉ. **Povos indígenas do baixo rio Oiapoque**. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/area-de-atua%C3%A7%C3%A3o/povos-indigenas-do-baixo-rio-oiapoque>. Acesso em: 20 abr. 2025.

KNAPP, Cássio; MARTINS, Márcio. A educação escolar indígena no Brasil: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 84, 2017.

LEITE, Maria Adriana et al. Práticas decoloniais em contraposição à colonialidade na formação de professores indígenas no Oiapoque, Amapá. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 13, p. e11907–e11907, 2024.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (ed.). **A política pública como campo multidisciplinar**. Rio de Janeiro: SciELO-Editora Fiocruz, 2018.

PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela (orgs.). **Povos indígenas e escolarização**: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PINHEIRO, Neiza da Silva; FERREIRA, Maria José de Oliveira; MONTEIRO, Isaías do Nascimento. **Histórico do Campus Binacional de Oiapoque**: contribuições para a educação superior na fronteira. Macapá: Editora da UNIFAP, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200–215, 1992.

RICARDO, Carlos Alberto; RICARDO, Fany Pantaleoni (orgs.). **Povos Indígenas no Brasil: 2006–2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. 763 p. Disponível em: Acervo Sociambiental.

RICARDO, Carlos Alberto (org.). **Povos Indígenas no Brasil: Volume 3 – Amapá/Norte do Pará**. São Paulo: CEDI, 1983.

ROSA, Maria Emília de Mello; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. A profissionalização do professor: um desafio para a formação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, p. 5–14, 2003.

RUFFALDI, Nello. SPIRES, Rebeca. (Coord.). **Currículo de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas**: Karipuna, Galibi-

Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã no Município de Oiapoque. 2. ed. Belém: CIMI/Mensagem, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, CEBRAP, 2007. 79. p. 71-94 <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc> Acesso em 10 Jul 2025.

SILVA, Roberta Aurení. **Um olhar sobre as monografias do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí**, Campus de Picos, entre os anos de 2011 e 2016. 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Campus de Picos, Picos, 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, p. 20–45, 2006.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **No bom da festa**: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Edusp, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII)**. Disponível em: <https://www2.unifap.br/indigena/apresentacao-do-clii/breve-historico-do-clii/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Informações Projeto Pedagógico de Curso** – CLII. Disponível em: <https://www2.unifap.br/indigena/coordenacao-de-curso/ppc/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VIDAL, Lux Boelitz (org.). **Grafismo Indígena**. São Paulo: Edusp, Nobel. 1992.

VIDAL, Lux Boelitz. **A cobra grande**: uma introdução à cosmologia dos povos indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque (Amapá). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.

VIDAL, Lux Boelitz. **Povos indígenas do baixo Oiapoque**: o encontro das águas, o encontro dos saberes e arte de viver. 2ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Museu do Índio, IEPÊ, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e colonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” desde a diferença colonial. Tradução de Renata Lemos. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas** – REFAD, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 275–305, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/REFAD/article/view/15928> . Acesso em: 07 jul. 2025.

Higher Education and Indigenous Peoples on the Contemporary French-Brazilian Border: An examination of the epistemic production of the intercultural indigenous teaching degree at the Federal University Of Amapá

Ramiro Esdras Carneiro Batista

Roberta Aurení da Silva

Abstract: This article analyzes the challenges and achievements in implementing the right to higher education for Indigenous peoples on the French-Brazilian border, using the Intercultural Indigenous Teaching Degree Program (Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – CLII) at the Federal University of Amapá (UNIFAP) as a case study. Adopting a qualitative approach that combines institutional document analysis with a review of academic work produced by the first graduating cohorts, the study seeks to understand how this educational policy engages with the political and epistemological demands of Indigenous peoples. The text discusses the tensions between the universalist model of state education and Indigenous cognitive paradigms, problematizing the concept of "interculturality" in teacher training. Methodologically, it employs content analysis of official documents, pedagogical projects, and academic papers written by students to assess the course's impact on the graduates' work within their communities. Preliminary findings suggest that, despite progress in recognizing the right to difference, challenges remain in achieving a higher education model that equitably integrates Western and Indigenous knowledge systems. The study contributes to the debate on affirmative action policies in the Amazon, emphasizing the need for greater Indigenous autonomy in the design of pedagogical projects that not only include, but epistemologically transform, the university.

Keywords: Indigenous Education; Interculturality; French-Brazilian Border.

DOI: [10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n55.75170](https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n55.75170)

Conteúdo sob licença *Creative Commons: Attribution-NonCommercial-NoDerivative 4.0 International* (CC BY-NC-ND 4.0)

